

NEM TUDO SÃO FLORES: O LADO OSCURO DO CAPITAL SOCIAL EM UMA INICIATIVA DE TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA

Not Always a Bed of Roses: The Downside of Social Capital in Community-Based Tourism

LUANA DE O. ALVES¹, CARLA R. P. GÓMEZ² & GÉSSIKA M. G. CAMBRAINHA³

RESUMO

O turismo de Base Comunitária [TBC] consiste em atividade que pode gerar benefícios diretos a uma comunidade, especialmente o fortalecimento desta por meio do trabalho em conjunto com parceiros. Contudo, é preciso reconhecer que nem tudo são flores nas relações sociais e profissionais dos envolvidos na prática. Pouco discutido, o capital social negativo é explorado nesse artigo como elemento que afeta uma iniciativa de TBC. Assim, o objetivo deste artigo é identificar as características do capital social negativo que afetam a Associação Peixe-boi [Porto de Pedras, Alagoas, Brasil]. Para isso foram realizadas entrevistas semiestruturadas e observação. A análise de conteúdo confirmou as categorias já levantadas na literatura, quais sejam: exclusão de não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelação descendentes. Além disso, identificou-se a existência de dois grupos dentro da comunidade gerando conflitos que estão associados a um desenvolvimento mais lento da iniciativa de TBC.

PALAVRAS-CHAVE

Turismo de Base Comunitária; Capital Social; Associação Peixe-boi; Porto de Pedras, Alagoas, Brasil.

ABSTRACT

Community-Based Tourism [CBT] can bring direct benefits to a community, especially when they work with external partners to become stronger. Nevertheless, is not always a bed of roses in the social relationships of the people involved. Less is spoken about the downside of social capital, but it could be an element affecting CBT initiative. Thus, this paper explores this concept aiming to identify social capital characteristics that affect the Associação Peixe-boi (Porto de Pedras, Alagoas, Brazil) experience. Thereunto, semi structured interviews were conducted

¹ **Luana de Oliveira Alves** – Mestre. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2608-0435>. E-mail: admluanaalves@gmail.com

² **Carla Regina Pasa Gómez** – Doutora. Professora na Universidade Federal de Pernambuco, Recife, PE, Brasil. Currículo: <http://lattes.cnpq.br/1964176230213353> E-mail: carla.gomez@ufpe.br

³ **Géssika Maria Gama Cambrinha** – Mestre. Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Administração, Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, Brasil. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5135-2952> E-mail: gessikacambrinha@gmail.com

along with observation. The categories found in the literature were confirmed by content analysis: exclusion of outsiders, excess claims on group members, restrictions on individual freedoms, and downward leveling norms. Beyond what was expected, the results show a split between two groups inside the community, creating conflicts that are associated to a CTB initiative slower development.

KEYWORDS

Community-Based Tourism; Social Capital; Associação Peixe-boi; Porto de Pedras, Alagoas, Brazil.

INTRODUÇÃO

O turismo de observação do Peixe Boi se tornou um atrativo para aqueles visitantes que se deliciam com as águas mornas, a areia fina e branca da ensolarada Área de Proteção Ambiental [APA] Costa dos Corais nas belas praias de São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras (Alagoas, Brasil), surgindo assim a Associação Peixe Boi. O turismo atuou como um dínamo, ao se tornar uma das atividades econômicas de maior importância para a comunidade local impulsionando positivamente a vida das pessoas que fazem parte da associação. Assim, adotando o modelo de Turismo de Base Comunitária [TBC], a Associação torna-se protagonista de sua própria história, uma vez que a comunidade assume a gestão e toma suas próprias decisões.

Contudo, nem tudo são flores na Associação, que vive uma situação conflituosa envolvendo dois grupos que disputam a diretoria a cada nova eleição. O conflito é facilmente percebido ao ouvir as conversas informais entre turistas e membros da associação, e entre os membros que se entreolhavam ao notarem a presença dos colegas com quem supostamente estavam em conflitos. Em uma visita como turista um dos pesquisadores percebeu o incomodo da direção atual com a chegada do outro grupo, pois esse estava vendendo pelúcias dentro da associação quando já havia sido proibido. Todas essas questões levantaram reflexões a respeito das relações sociais estabelecidas.

Um dos elementos fundamentais para o êxito do TBC consiste na colaboração e parcerias (Dodds et al., 2018), além da assistência de facilitadores (Giampiccoli & Saayman, 2018). Nesse sentido, parece imprescindível, o desenvolvimento de capital social, ou seja, não há como evitar a formação de aspectos das organizações sociais, tais como normas, redes e confiança, que facilitam a troca de benefícios mútuos (Putnam, 1993), principalmente em se tratando de

capital social comunitário (Sánchez, 2020). Esses aspectos do capital social é que conduzem ao desenvolvimento de parcerias e a colaboração entre os membros da comunidade. Portanto, o desafio desta pesquisa tem sido o de compreender a dinâmica do capital social e sua capacidade de impulsionar ou até mesmo dificultar o projeto de TBC, destacando que o capital social não é o único elemento capaz de gerar um desenvolvimento positivo para o TBC, apenas é uma lente usada para esse artigo.

Do ponto de vista do impulsionamento do projeto de TBC, o impacto positivo do capital social pode ser explicado pelas redes, ou mais especificamente, os laços sociais que facilitam o acesso a recursos, informações e oportunidades (Gargiulo & Benassi, 1999). Emergente no contexto comunitário e do capital social, esse discurso direciona-se na perspectiva centrada nas relações sociais derivadas do interior do grupo comunitário, estendendo-se entre famílias e seu entorno considerando que as estratégias coletivas consensuadas em reuniões buscam a cooperação e a coesão e estão guiadas aos objetivos comuns (Suarez & Mendoza, 2019).

Em geral, há uma exacerbação dos efeitos positivos do capital social na literatura. Ou seja, o entusiasmo com o impacto do capital social pode levar a uma visão míope de que os resultados são apenas positivos, como advertem Gargiulo e Benassi (1999). Entretanto, existem também aspectos negativos, que têm atraído consideravelmente menos atenção acadêmica (Pillai, Hodgkin, Kalyanar & Nair, 2017). Assim, é importante salientar que a mesma forma de capital social que é valiosa para facilitar determinadas ações pode ser também neutra ou até prejudicial para outras (Coleman, 1990; Gargiulo & Benassi, 1999). O capital social pode proporcionar diversos efeitos negativos como a capacidade de desestimular as iniciativas individuais, a exclusão de membros da comunidade, a restrição da liberdade (Portes, 2000) e até mesmo o fomento a conflitos intragrupo (Durstun, 2000).

Explorar a relação entre capital social e turismo permite entender melhor e contribuir para o debate em andamento sobre a natureza e o significado da iniciativa turística (Mura & Tavakoli, 2014). Assim, o objetivo desta pesquisa é identificar as características do capital social negativo que afetam a Associação Peixe-boi em Porto de Pedras, Alagoas, Brasil. Para isso foram considerados a priori as categorias levantadas por Portes (2000): exclusão de não membros, exigências excessivas a membros do grupo, restrições à liberdade individual e normas de nivelamento descendentes. Ampliar o entendimento do capital social sobre as iniciativas de TBC pode ser um caminho para a extensão do resultado da participação da comunidade no

desenvolvimento desse tipo de turismo (Zhao, Ritchie & Echtner, 2011). Assim, espera-se contribuir com a iniciativa estudada ao revelar aspectos que possam servir como aprendizagem tanto para a própria comunidade estudada como para as que desenvolvem o TBC.

A literatura do turismo utiliza principalmente a teoria do capital social para descrever os resultados de aspectos específicos, ao invés de discutir o valor da teoria em compreender a capacidade da coletividade no futuro por meio do turismo (Rodriguez-Giron, Vanneste & Scheers, 2018). Contudo, os trabalhos em torno do tema, ainda têm sido pouco discutidos (Park, Lee, Choi & Yoon, 2012; Rodriguez-Giron et al., 2018; Zhao et al., 2011), principalmente se considerar especificamente as iniciativas de Turismo de Base Comunitária, foco deste artigo. Para explicar melhor todas essas questões, será explanado uma breve caracterização sobre o TBC seguida de uma discussão sobre o capital social e seus efeitos negativos.

O TBC COMO DÍNAMO DE UMA COMUNIDADE

O turismo, em geral, é uma atividade capaz de trazer benefícios para as localidades onde se desenvolve. Contudo, pode provocar consequências negativas como a degradação do ambiente natural e impactos sociais (Choi & Sirakaya, 2006), o que pode impedir o turista de interagir e de se integrar ao lugar visitado. Os impactos negativos do turismo começaram a se revelar de tal forma que desencadearam algumas mudanças. Comunidades articuladas com Organizações Não Governamentais (ONGs) e universidades iniciaram a discussão pela promoção de uma outra forma de turismo, capaz de promover qualidade de vida, com respeito ao meio ambiente e que acarrete benefícios à comunidade. Outras mudanças também são percebidas quanto à demanda turística, cada vez mais os turistas têm aumentado as exigências, o público tem focado mais na qualidade da experiência turística, buscando autenticidade, combinada com a profundidade do intercâmbio cultural e contato com a natureza (Zaoual, 2008). O turismo de base comunitária surge nesse contexto como uma alternativa ao turismo de massa (Emmendoerfer; Moraes & Fraga, 2016; Saayman & Giampiccoli, 2016; Tolkach & King, 2015).

O TBC diferencia-se do turismo tradicional pelo foco na pequena escala, cujo planejamento e execução são movidos por um desejo genuíno da comunidade disposta a compartilhar sua autenticidade, história, tradições e costumes com visitantes (Apo, 2004). Nesse caso, o TBC busca a maximização dos impactos positivos ou benefícios derivados do turismo e a minimização de impactos negativos ou seus custos (Morales, Aguera, Cuandra & Guzmán, 2018). Os

resultados econômicos advindos da atividade turística no TBC se somam aos ganhos intangíveis como: conquistas de espaços políticos, empoderamento, qualidade de vida, dentre outros (Dodds, Ali & Galaski, 2018), uma vez que a comunidade incorpora o protagonismo e assume a governança conduzindo a autogestão.

Na literatura brasileira encontram-se várias denominações para o TBC, como turismo comunitário, turismo solidário, turismo rural comunitário, entre outras. Essa multiplicidade de termos, se deve principalmente a vasta diversidade cultural e ambiental do país (Sansolo & Bursztyn, 2009), e por serem desenvolvidos em diferentes territórios [urbanos, rurais, litoral e áreas protegidas] o que permite diferenças de contextos, histórias, lugares e atores (Holanda, 2016); contribuindo, portanto, para a heterogeneidade das experiências, o que segundo Ministério do Turismo (MTur, 2010) decorre na falta de um consenso teórico, já que cada experiência possui suas características particulares.

O TBC se distingue, em essência, por não considerar o turismo como atividade principal, mas como atividade complementar, realizada de forma integrada às ocupações tradicionais já desenvolvidas dentro de uma dada comunidade (Burgos & Mertens, 2015). Nesse sentido, Strydom, Mangope e Henama (2018) apontam que o TBC não deve ser visto como um fim em si mesmo, mas como meio para capacitar as comunidades para controlar suas terras e recursos, além de facilitar a exploração do potencial para adquirir habilidades necessárias para seu próprio desenvolvimento.

A proposta deste artigo concorda com a visão de que o TBC não é mais uma nova tipologia (Sansolo & Bursztyn, 2009), mas uma proposta de desenvolvimento apoiada em bases endógenas. A ideia é fazer com que as populações tradicionais sejam protagonistas de seu modo de vida próprio, participando desde a concepção, desenvolvimento e gestão da atividade turística (Fabrino, Costa & Nascimento, 2012), tornando-se uma alternativa ao modo de vida consumista (Sampaio, 2007). O objetivo do TBC, portanto, não é aumentar os benefícios financeiros, o lucro em si, mas aumentar os benefícios à comunidade, que envolvem tanto a questão econômica, social, cultural e ambiental. Portanto, a geração de benefícios para a comunidade é o elemento que distingue o TBC de outras propostas (Bursztyn, 2012; Dodds, Ali & Galaski, al., 2018).

Em um cenário ideal, o TBC deveria evidenciar ao menos três benefícios da comunidade: (i) o impacto direto nas famílias da comunidade local; (ii) o desenvolvimento socioeconômico; e (iii)

os meios de subsistências sustentáveis diversificados. Entretanto, nem todas as iniciativas conseguem alcançar tais benefícios (Goodwin & Santilli, 2009; Manyara & Jones, 2007). Iniciativas de TBC em todo o mundo falham devido a condições desfavoráveis que envolvem diversos fatores desde sociais, culturais, econômicos, até políticos. Alguns dos principais problemas estão relacionados a: (i) falta de habilidade e conhecimento necessário para desenvolver o turismo; (ii) presença de atores externos com interesses distintos da comunidade; (iii) falta de recursos financeiros; (iv) decisões tomadas pelas elites das comunidades; (v) pouco ou inadequado apoio político governamental; (vi) ausência de alianças e cooperação com outras comunidades para apoiarem umas às outras e compartilhar experiência, entre outros (Zielinski, Jeong & Milanés, 2020).

Na atuação do TBC, muitas vezes os atores externos podem ter um papel importante, agindo como 'indutores' do processo. Contudo, se a iniciativa não possuir motivação endógena e não expressar o desejo dos grupos sociais locais, certamente não atenderá as demandas de desenvolvimento local e nem contribuirá para o protagonismo social, condição essencial do TBC (Irving, 2009). Portanto, é papel do TBC a consolidação da participação local e promoção da equidade social para que os projetos de turismo sejam controlados pelas comunidades locais para o benefício da própria comunidade (Mtapuri & Giampiccoli, 2019). Contudo, não se pode falar em uma 'participação ideal', pois esta não é uma ação homogênea, já que as comunidades estão constituídas por grupos com diversos interesses e graus de poder, assim nem todos os membros trabalham ou participam ativamente da estrutura organizacional do TBC (Burgos & Mertens, 2015).

Dessa forma, para que seja possível alcançar benefícios positivos em uma comunidade, o desenvolvimento do TBC depende não só da conscientização da comunidade, mas a união e cooperação entre os membros, além do esforço conjunto de diversos setores como o público, privado, sociedade civil (Bartholo et al., 2009). Essa articulação entre os diversos atores envolve necessariamente o desenvolvimento de capital social, tema da próxima seção.

CAPITAL SOCIAL E OS IMPACTOS NEGATIVOS

Originado na sociologia, o conceito de capital social tem se tornado cada vez mais comum entre cientistas políticos, economistas e administradores para responder uma ampla gama de questões que estão sendo confrontadas em seus próprios campos (Adler & Kwon, 2002),

proporcionando avanço importante no conhecimento e compreensão do impacto das relações, redes e recursos sociais (Suseno & Rowley, 2018). De acordo com Paxton (1999), podem ser associadas duas visões aos estudos de capital social. A primeira visão (microsocial) acredita que o capital social pertence ao indivíduo e pode ser usado para gerar benefícios, destacando ainda as redes de relacionamento como elementos desse capital. Bourdieu (1986) é um dos principais representantes dessa visão, sendo um dos primeiros teóricos a estender o conceito de capital para além da esfera econômica, associando o capital social às redes de relacionamentos que são formadas entre as pessoas.

Por outro lado, a segunda visão [macrossocial] considera o capital social como pertencente a comunidade ou sociedade e destaca a confiança como elemento (Helal, 2005). Foi através desta visão que o capital social se popularizou a partir dos estudos de seu principal representante, o cientista político Robert Putnam, que reformulou o termo como uma característica das comunidades e de sociedades inteiras (Portes & Vickstrom, 2011). Segundo Putnam (1993) “capital social refere-se a aspectos da organização social, tais como redes, normas e confiança, que facilitam coordenação e cooperação para benefícios mútuos” (p. 2). Para esse autor, o capital social facilita a cooperação espontânea por meio da confiança.

O trabalho de Putnam, entretanto, recebeu várias críticas, por exemplo, Woolcock (2001) aponta algumas questões, como a necessidade de uma definição em que a maioria concorde, deixando de lado o argumento de que vale tudo, assim ele conceitua o capital social como aquele referente às normas e redes que facilitam a ação coletiva. Em segundo lugar, como crítica positiva ao conceito de Putnam (1993), ele reforça a necessidade da definição se concentrar nas fontes e não nas consequências, colocando assim a confiança como uma medida deste capital. De uma maneira ou de outra, o capital social é inerente às relações entre pessoas (Nahapiet & Ghoshal, 1998). As características específicas das relações sociais que dão origem ao capital social estão tanto nas oportunidades proporcionadas pela estrutura de rede dessas relações como as normas e valores que constituem o conteúdo desses laços de redes sociais, bem como nas habilidades em cada um dos “nós” dessa rede que podem ser mobilizadas por tal boa vontade (Kwon & Adler, 2014).

Dessa forma, o capital social pode tanto facilitar algumas formas de ação social como inibir outras (Nahapiet & Ghoshal, 1998). De fato, alguns autores como Edelman, Bresnen, Newel, Scarbrough e Swan (2002) e Gargiulo e Benassi (1999) tem afirmado que o capital social tem

efeitos paradoxais, isso quer dizer que é simultaneamente benéfico e prejudicial. A maior parte do fluxo de pesquisas em capital social destaca como as redes sociais podem melhorar a capacidade de indivíduos e de organizações atingirem seus objetivos. Esses impactos positivos podem ser explicados por dois fatores: (a) as redes facilitam o acesso a recursos, informação e oportunidade; e (b) as redes ajudam os atores a coordenar as interdependências das tarefas críticas e a superar os dilemas da ação coletiva (Gargiulo & Benassi, 1999).

Existe, por outro lado, uma linha de investigação que inverte a lógica comumente utilizada e examina as consequências negativas do capital social, o chamado “lado obscuro” em que os laços sociais aprisionam os atores em situações que facilitam comportamentos indesejáveis (Gargiulo & Benassi, 1999). Segundo Portes (2000) há pelo menos quatro consequências negativas a serem identificadas: (i) exclusão de não-membros; (ii) exigências excessivas a membros do grupo; (iii) restrições à liberdade individual; e (iv) normas de nivelção descendentes.

A categoria exclusão de não-membros considera que os mesmos laços fortes que produzem benefícios para os membros de um grupo permitem-lhes também a barrar o acesso a terceiros. Já as exigências excessivas a membros do grupo, atrelada à primeira consequência, implica que o fechamento de um dado grupo pode, em certas circunstâncias, impedir o êxito de iniciativas de outros membros. Por exemplo, Portes e Sensenbrenner (1993) revisaram vários estudos descrevendo empreendedores sufocados pelas demandas particularistas colocadas pelos mesmos fortes laços sociais supostamente responsáveis por facilitar seu acesso inicial aos recursos essenciais.

As restrições à liberdade individual são consequências bem comuns em comunidades, já que a participação nesses grupos cria necessariamente exigências de conformidade. Karlsson (2005) por exemplo, descobriu que o capital social quando ‘forte demais’, pode restringir aqueles com ideias mais criativas ou não convencionais. Quanto às normas de nivelção descendente, Portes (2000) alerta que existem situações em que a solidariedade do grupo é arraigada pela experiência comum da adversidade e pela oposição às tendências dominantes. Assim, histórias de sucesso individual podem minar a coesão do grupo, de modo que resultem em pressões niveladoras para manter os membros do grupo oprimidos na mesma situação, ou seja, é criada uma limitação para a minoria dos membros bem-sucedidos (Portes & Sensenbrenner, 1993).

Entender todas essas questões na iniciativa de TBC em análise requer um delineamento metodológico que será descrito na próxima seção.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Conforme a classificação de Vergara (2005), este trabalho pode ser considerado como descritivo e exploratório, ao expor categorias de análise para analisar as características do capital social negativo ao tempo em que busca trazer contribuições a uma área ainda com pouco conhecimento. No tocante aos meios de investigação, a abordagem adotada se classifica como uma pesquisa empírica qualitativa básica, conforme definição de (Merriam, 1998). Ao fazer inicialmente uma busca na plataforma Web of Science [WoS] colocando os termos 'social_capital and Community_based_tourism or social_capital and community_tourism' foram encontrados 19 artigos e após leitura prévia do resumo e introdução foram constatados que apenas 9 artigos exploravam essa relação, o que reforça que a relação entre os temas necessita ser mais discutidas.

Para a composição dos dados analisados foram utilizadas entrevistas semiestruturadas. A priori selecionou-se um membro que participou desde o começo da fundação da Associação para entender como iniciaram, quais as dificuldades e problemas que envolveria os aspectos do capital social a ser analisado. As entrevistas permitem que acontecimentos não presenciados sejam apresentados (Stake, 1995), contribuindo para a discussão apresentada. Nesse sentido o membro entrevistado deixou claro que existia um possível conflito entre a gestão anterior e a que estava atuando naquele momento.

Visando identificar se o conflito realmente existia, um dos pesquisadores realizou uma visita como turista e conversou com alguns associados, além de observar a conversa dos associados com outros turistas. Assim identificou-se que existia um conflito entre dois grupos dentro da associação. Dessa maneira, por estratégia de bola de neve a primeira pessoa entrevistada indicou um membro da diretoria anterior que poderia corroborar com as informações que estavam sendo coletadas. Além disso, procurou-se por mais dois membros da diretoria atual [2017-2020] já que eles estavam diretamente em lados opostos do conflito aos dois já entrevistados. Os membros da diretoria foram selecionados por serem mais participativos e atuantes nas reuniões, bem como nas tomadas de decisões que implicam no desenvolvimento da iniciativa, corroborando a representatividade do corpus.

As entrevistas foram gravadas totalizando 2h47min, e o perfil dos entrevistados foi descrito no Quadro 1. Ademais, foi utilizado diário de campo, com anotações em todas as entrevistas realizadas, bem como nas observações realizadas durante a visita como turista. Como forma de manter a confidencialidade, optou-se por identificar cada entrevistado por A, B, C e D.

Quadro 1. Perfil dos entrevistados

Entrevistados	Perfis
A	Componente da Diretoria entre os anos de 2010 a 2017. Empreendedor local.
B	Componente da Diretoria entre os anos de 2012 a 2017. Pescador e funcionário de empresa turística.
C	Componente da Diretoria entre os anos de 2017 a 2020. Pescador.
D	Componente da Diretoria entre os anos de 2017 a 2020. Pescador.

Fonte: Dados da pesquisa (2019).

Em uma entrevista, o pesquisador deve estar ciente de que cada pessoa tem uma interpretação, baseada em suas próprias experiências de vida, assim um mesmo acontecimento pode ser visto de uma maneira diferente por cada indivíduo (Souza-Leão, Vieira, Gaião & Souza, 2012). Então buscando a qualidade na pesquisa, optou-se pela triangulação de investigadores, pois diferentes pesquisadores investigaram os mesmos dados (Denzin & Lincoln, 2011) podendo analisar e comparar as diferentes visões. Além disso, utilizou-se da triangulação da fonte de dados, com o uso também da observação não participante durante um dia, com auxílio de notas de campo. De fato, Merriam (1998) indica a utilização de diferentes fontes e tipos de técnicas de coleta de dados sobre determinado caso para enriquecer a compreensão sobre o fenômeno estudado.

Quanto as categorias de análises utilizadas, a priori, este artigo adota as características outrora apontadas por Portes (2000): (i) exclusão de não-membros, (ii) exigências excessivas a membros do grupo, (iii) restrições à liberdade individual e (iv) normas de nivelção descendentes. No entanto, sabe-se que a investigação qualitativa assume pelo menos certo grau de indução, permanecendo aberta à descoberta, mesmo quando se utiliza de um quadro teórico prévio.

Para o tratamento dos dados foi realizada uma análise de conteúdo constituída por três fases, identificadas como (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos resultados, inferência e interpretação (Bardin, 2016). Na primeira fase foi escolhido os materiais a ser usado, no caso as notas de campo, as informações do site e as entrevistas, observado a regra da representatividade do corpus conforme já destacado anteriormente. Posteriormente o material

foi transcrito. Além disso, foi realizado uma leitura flutuante do material para iniciar a codificação. Na segunda fase o material foi novamente lido e criado códigos por meio da categorização temática, em que cada categoria de Portes (2000) representava um tema distinto, assim os trechos foram separados e agrupados. Por fim os dados foram interpretados e correlacionados com as discussões teóricas que serão exploradas a seguir.

UMA BREVE CARACTERIZAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PEIXE BOIⁱ

No pequeno município de Porto de Pedras, em Alagoas, com aproximadamente sete mil e seiscentos habitantes, o estuário do rio Tatuamunha abriga o Peixe-Boi marinho, animal ameaçado de extinção. Houve um tempo em que o animal era visto como inimigo, pois afastava os peixes e muitas vezes danificava as redes de pesca, principal instrumento de trabalho dos pescadores. Com a chegada do primeiro monitor do projeto Peixe Boi no Brasil, Jilvan Furtunato [conhecido como Caraveia, na região], a comunidade pesqueira tradicional em torno da região de Porto de Pedras passou a entender melhor que o peixe boi não era um inimigo, e com o tempo o animal tornou-se um “bom amigo”, passando, por volta de 2004, a ser uma atração para o turismo local a partir da realização dos primeiros passeios realizados de forma esporádica para observação do animal.

A partir disso, surgiu a necessidade de readequação das atividades turísticas que estavam desorganizadas, e o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade [ICMBio] percebeu a necessidade de intervir realizando a primeira capacitação para os condutores de passeios por meados de 2006. Nesse momento, o ICMBio passou a realizar a capacitação para os condutores a cada dois anos, e somente após essa habilitação e credenciamento é que estes podem conduzir os passeios. Apesar da capacitação dos condutores, o desenvolvimento da atividade turística continuava desordenada, atraindo o interesse de diversos grupos de pescadores interessados em ganhar alguma renda, gerando inúmeros conflitos e sem a preocupação com a preservação do animal. Tal preocupação só foi compreendida e adotada pelos moradores locais a partir da aplicação de um Termo de Ajustamento de Conduta [TAC] em 2009 pelo Ministério Público Federal e Estadual em conjunto com outros órgãos para a organização do turismo de observação do Peixe-boi que pertence a Área de Proteção Ambiental [APA] Costa dos Corais, unidade de conservação federal de uso sustentável. O modelo adotado

foi o turismo de base comunitária [TBC], no qual a comunidade se organiza para receber os turistas através da Associação Peixe-boi.

Paralelo a isso, é fundada a Associação Peixe boi, em julho de 2009, a partir do desejo de lutar pelos direitos dos comunitários de usufruir da natureza com consciência e responsabilidade, discutindo e propondo soluções para os problemas locais, pois além da preservação do peixe boi, a Associação cuida das praias e trabalha na conservação ambiental da região de Porto de Pedras, no estado de Alagoas. Composta por ribeirinhos, pescadores, estudantes, todos moradores dos municípios de Porto de Pedras e São Miguel dos Milagres, atualmente conta com 53 associados, destes 20 são condutores do Passeio ao Santuário do Peixe-boi, 23 são remadores, além de artesãos e sócios colaboradores, todos nascidos e criados na região.

Na associação, o turismo é gerenciado pela própria comunidade, que organiza os passeios e reverte toda a renda recebida para os associados e manutenção da sede. Cada passeio custa R\$ 70,00 por pessoa, sendo realizados no máximo dez passeios por dia, cada um com no máximo sete visitantes, de modo que sejam minimizados os danos tanto para o rio, seu entorno, e, principalmente para não provocar estresse nos animais. O passeio dura em torno de 1h30min contemplando a beleza e riqueza da biodiversidade local em uma jangada simples, que não utiliza motor, apenas varas por 2 remadores. Ainda são realizadas paradas no leito, nas camboas do rio e no recinto de readaptação dos peixes boi, que pode ser visto ou não [dependendo da movimentação natural dessa espécie]. Além da prática de observação do Peixe-Noi no Rio Tatuamunha, a comunidade desenvolve artesanatos produzidos na própria associação ou por parceiros locais, como pelúcias do peixe boi, sabonetes, camisetas, chinelos e outros *souvenirs*, que ajudam a complementar a renda das famílias envolvidas diretamente e indiretamente.

ENTENDENDO O CAPITAL SOCIAL NEGATIVO NA ASSOCIAÇÃO PEIXE-BOI

A união e a cooperação são fundamentais para a construção do capital social. Isso pode ser mais bem compreendido nas palavras dos próprios membros da Associação que reconhecem: “Todo mundo entendia que de forma individual ninguém ia conseguir fazer o passeio do Peixe-boi com qualidade, com geração de renda, preservação do animal e do ecossistema que era o que todo mundo queria... e envolvimento comunitário” (Entrevistado A).

O trecho do entrevistado também corrobora a discussão sobre os objetivos do TBC que prioriza o benefício à comunidade, e não o benefício individual. Tal benefício traz uma melhor qualidade

de vida, renda para os associados, preservação do meio ambiente entre outros (Bursztyn, 2012; Dodds, Ali & Galaski, al., 2018). Apesar disso, o objetivo aqui é destacar os pontos nos quais, embora tenha se desenvolvido de forma positiva, o capital social pode apresentar também características negativas. A partir desse ponto, tomar-se-á então como orientação os efeitos negativos do capital social levantados por Porter (2000), identificando em cada categoria a presença de tal efeito na associação estudada.

Destaca-se antes que os entrevistados conforme já destacados pertencem a dois grupos diferentes que vivem uma situação conflituosa. Para melhor entendimento, os entrevistados foram divididos em Grupo 1 e 2. Os entrevistados A e B pertencem ao Grupo 1 que corresponde a gestão que passou pela diretoria entre 2010 e 2017. Os entrevistados B e C pertencem ao Grupo 2 que corresponde a gestão do momento da pesquisa (2017 a 2020). Cada gestão é eleita após votação da maioria dos associados, em que atua por três anos até ocorrer novas eleições. Quanto à divisão dos grupos dentro da associação percebeu-se que a maioria dos associados apoiam o grupo 1, no entanto na eleição de 2017 na expectativa de uma mudança acabaram elegendo o grupo 2.

Exclusão de não-membros

Conforme as entrevistas, observa-se que tal categoria de análise é perceptível nos membros da associação estudada. Contudo, as inferências levantadas apontam que além da exclusão gerada aos membros que não estavam do lado da gestão eleita, também foi encontrado uma polarização observada na formação de dois grupos dentro da associação, levando ao desenvolvimento de conflitos conforme já explanado. Tal polarização é reforçada com os trechos a seguir das entrevistas.

“...eu acho que o bom seria cada qual no seu barco, porque é como tá hoje esse conflito de dois grupos divididos, a gente (...), aí támo trabalhando, mas só que existe dois grupos” (Entrevistado B)

“Em termos de união, a gente tá um pouco assim conflitado porque tem oposição e às vezes a gente quer realizar o trabalho quer fazer isso e aquilo...” (Entrevistado C)

Os trechos acima reforçam a existência dos dois grupos dentro da associação. O Grupo 1 é taxado por alguns dos membros do Grupo 2 como aqueles que “querem ser os donos”, pois além de fazerem parte da associação desde sua fundação e de terem incentivado o turismo para

observar o Peixe-boi, permaneceram no comando por mais de sete anos. O Grupo 2, são considerados como aqueles que ‘não sabem cuidar’ pelo Grupo 1, e é composto por pessoas que supostamente ‘traíram’ o Grupo 1, segundo entrevistado A. Ademais, os entrevistados reforçaram que os conflitos entre os grupos existem desde a época que os passeios eram realizados de forma desorganizada (por volta de 2004), ou seja, o conflito se estende desde a antes da origem da associação.

A insatisfação de alguns membros em ver a associação como algo coletivo, onde não existe um ‘dono’ é evidenciada em algumas falas como esta: “*Porque antigamente a nossa sede tinha dono né, porque a associação aqui era todos sócios né.*” (Entrevistado D). Contudo, o mesmo grupo que demonstra a insatisfação também gera a exclusão para os membros do outro grupo:

“Hoje muitas salas são fechadas, a gente não tem acesso. Ontem uma menina que é da diretoria, só porque não apoia o trabalho dele, entrou na sala da diretoria pra conferir um pagamento que tava no caderno, ela foi chamada e foi proibida por ele de entrar na sala, que é dela, só porque ela não concorda com o ponto de vista dele, então isso é ditadura, é autoritarismo, isso é burrice. E surpreendeu porque ninguém nunca imaginou que ele fosse assim [...] não é só ele não, ele faz isso porque tem apoio de muitos da diretoria, que é igual ou pior a ele. Então isso me chateia, me deixa com raiva porque é uma coisa que é de todo mundo e precisa ser de todo mundo, se não o trabalho ele perde.” (Entrevistado A)

Fica claro que o Grupo 1, enquanto no comando, não cedia espaço para os membros do Grupo 2 e vice-versa. O entrevistado C ainda ressaltou que “as coisas estão muito melhor que antes”, que a renda gerada teria aumentado consideravelmente, contudo o Grupo 1 ainda consegue impedir algumas decisões por ter muitas pessoas que ainda os apoiam. De fato, as redes interpessoais podem, ao longo do tempo, produzir normas fortes e identificação mútua entre os membros, limitando a abertura a novas informações e visões diversas (Nahapiet & Ghoshal, 1998). Tal polarização levará à pressão para se conformar com as opiniões dos membros do grupo ou rede, pois os membros menos poderosos sentem pressão para aceitar as percepções dos mais poderosos (Pillai et al., 2017).

Outro ponto que chama a atenção é que enquanto o Grupo 1 estava à frente da gestão da associação, as reuniões eram realizadas com frequência e todos eram comunicados, segundo os entrevistados A e B. Com o Grupo 2 à frente, as reuniões não acontecem com tanta frequência, segundo relatos do entrevistado A. Ao questionar as frequências das reuniões da gestão que estavam no comando para o entrevistado C, ele afirmou que acontecem de “*dois em dois meses,*

mês em mês, de quatro a quatro meses tem prestação de conta". Quando questionados sobre o que estabelece o Estatuto, o entrevistado C respondeu a mesma coisa, mas não sem aparentar certa confusão, já que ele também afirmou que realizavam reuniões apenas quando precisavam resolver alguma coisa. Isso demonstrou falta de alinhamento com o que eles alegaram que estava previsto no Estatuto, e estes ainda se recusaram a fornecer o mesmo quando foi solicitado. Ao ser questionado sobre as reuniões da gestão do Grupo 1, o entrevistado B respondeu que aconteciam com frequência, mas alegou que tal grupo sempre decidiam o que era melhor para eles próprios e não para todos da associação, ou seja, que o Grupo 2 era excluído das decisões.

As entrevistas esclareceram que o Grupo 2 passou por alguns problemas com um dos cargos da diretoria que já teria sido assumido por três pessoas, e a última seria aliada ao Grupo 1. Dessa forma, as informações de tomada de decisões do Grupo 2 não são repassadas a esta pessoa, mesmo sendo da diretoria, o que corrobora a exclusão dos membros dos grupos que não estão no poder:

"A gente precisava de alguém até para gente ficar sabendo das coisas, que ninguém sabia como era. Mas foi pior, porque hoje o meu (...) luta muito, isso é na justiça, que é com ele para poder ter acesso às coisas, porque ele não permite, não permite, ele diz que é dele e pronto. É assim, dessa forma". (Entrevistado A)

Além disso, foi questionado sobre oportunidades a membros indiretos da comunidade, como os filhos dos associados. O entrevistado B alegou que nunca foi dada oportunidade de trabalho, por exemplo, exceto para as pessoas que estavam do lado do Grupo 1, porque poderiam conseguir mais votos em decisões importantes.

Exigências excessivas a membros do grupo

A segunda consequência do capital social negativo esbarra no entendimento deturpado do que representa uma coletividade. Um dos entrevistados revelou que como a associação é de todos, todos podem usufruir como querem, por exemplo, podem utilizar as impressoras para imprimir seus trabalhos pessoais:

"Não, [antes] tinha que pagar né, ainda mais que se usar, ia até pro olho da rua [...] Toda vez que a comunidade chega, pode ser até mil xerox, a gente tira, pesquisa com internet, o que ela quiser, tudinho, antigamente não era assim, ah não tem tinta não, dizia logo que não tinha tinta pra não tirar." (Entrevistado D)

Percebe-se que o Grupo 1 tentou se opor a práticas do uso indevido dos bens da comunidade, mas sem muito êxito. Em outro momento, a situação foi diferente e o Grupo 1 conseguiu barrar o Grupo 2.

“[...] a associação hoje não tem, não tem um veículo e já chegou esse ano um rapaz pra doar um veículo pra gente, só que a gente precisava de um documento que é um título de utilidade pública, e esse título não foi aceito por maioria dos sócios, porque a antiga presidente botou na cabeça do pessoal que a gente ia envolver política que tem nada a ver, a gente ia só receber o título de utilidade pública pra receber essa doação de um veículo, e a gente não recebeu o veículo só por causa disso, só por causa desse título. [...] e a gente não conseguiu, e era pra gente tá aqui com um veículozinho, um carrinho pra gente fazer a viagem da gente, porque a gente precisa fazer, de fazer uma viagem pra Maceió/Recife tem reunião e a gente, toda vez tem que tá alugando um carro pra viajar, alugar um carro pra viajar, e a gente com transporte nosso mesmo, faz, facilitava e era bem melhor.” (Entrevistado C).

Outra situação relatada é sobre o uso do ar-condicionado, que segundo o entrevistado D era proibido de utilizar: *“[...] a gente tem uma sala, né, [...], que recebe os alunos, pra dá palestra, essas coisas aí, a gente almoça e queria tirar uma hora de descanso, a gente [...] até o ar do ar-condicionado ela escondendo”.*

Restrições à liberdade individual

A participação em associações cria de certa forma exigências de conformidade, conforme ressaltado por Portes (2000). Tal situação foi observada nas vendas dos produtos artesanais, ‘bichinhos’ de pelúcia, representando a figura do peixe boi. O Grupo 1, que possui uma oficina de bichinhos de pelúcias com pessoas da comunidade que fazem o produto e tem parceria com outra oficina de outra comunidade, tentou realizar vendas desses produtos dentro da associação, como já era comum antes da gestão atual assumir, mas foi impedido por ser grupo da oposição, segundo o entrevistado A. Durante a observação, constatou-se que existiam dois pontos de venda, um dentro da sede, que é composto por pessoas de outra cidade, supostamente amigas do Grupo 1; e outro ponto de venda próximo ao rio, onde se realizam os passeios, esse é de uma pessoa do Grupo 2 que fora impedido e encontrou um meio de burlar as regras impostas, já que consideraram que o espaço é público.

“Então a gente colocava lá os produtos. Como ele não gosta da gente e tem toda essa desavença, tem uma menina uma que [...] e começou a fazer o Peixe-boi sozinha em casa. O produto é feio, o material não é antialérgico [...] ele deixou de apoiar as oficinas que empregam as duas juntas umas

15 pessoas pra comprar o dessa menina sozinha que é feio e ruim e caro [...] no ponto de embarque a gente colocou um tralherzinho, todo arrumadinho, tem uma menina da comunidade que vende nossos produtos lá, porque ele se recusa a comprar nosso produto (comprar para vender dentro da comunidade).” (Entrevistado A).

O Grupo 1 que impediu as vendas das pelúcias mostrou-se insatisfeito com o fato das vendas próximo ao rio, competindo com as oferecidas por eles dentro da associação, pois segundo um dos entrevistados, na gestão anterior só o Grupo 1 que estava na direção que vendia.

“Por isso ela botou um ponto aqui, tem outro do lado. Não existia isso, antigamente isso não existia, não tinha não [...] era só o dela... era o material que vendia, esse material que tá vendendo hoje aqui...é dela, era tudo dentro da associação, era tudo dentro.” (Entrevistado C).

Apesar de existir na Associação máquinas de costura, máquinas de impressão de artes para personalizar produtos, elas são subutilizadas por ambos os grupos quando assumiram a diretoria. Além disso, outra forma de restrição era sobre qualquer questionamento ou crítica. Percebe-se que na gestão do Grupo 2 não havia diálogo quando o grupo de oposição se manifestava, e a resposta era sempre a punição. Em uma das discussões, um dos membros mais antigos da associação chegou a falecer após um ataque cardíaco, *“Dentro da associação. Porque ele questionou muitas coisas e queriam acuar ele, punir ele, suspender, dar advertência pelos questionamentos dele. E a democracia e a sua liberdade de expressão ficou onde?” (Entrevistado A).* Segundo o entrevistado A, o membro que faleceu apesar de ser contra o Grupo 1, era um dos membros da atual diretoria, já que o cargo já havia passado por outro que havia desistido pela falta de diálogo com a atual gestão. Os entrevistados C e D informaram que um dos cargos da diretoria havia desistido e por não haver ninguém para substituir tiveram que aceitar uma pessoa que apoiava o Grupo 1.

Normas de nivelção descendente

As normas de nivelção descendente ocorrem quando o grupo se encontra sob a falsa ideia de que não pode crescer, assim quando ocorre o sucesso individual a coesão do grupo é minada (Portes, 2000). Essa situação foi percebida ao constatar que um dos membros por ter curso superior era classificado como a pessoa que ‘acha que sabe mais’ devido a sua formação. Nesse caso, um dos grupos atacava fortemente essa condição, apesar de não haver indícios de que esse membro, do Grupo 1, tenha interesse em se desligar do grupo, como Portes (2000) pressupõe. Pelo contrário, o membro com curso superior, sempre esteve à frente até sua gestão

perder as eleições, e começar a ser impedido pela gestão atual, que evita ouvir suas opiniões ou mesmo informar do que estão decidindo, conforme entrevistado A.

Outra situação identificada está relacionada novamente com a venda das pelúcias dentro da associação. Na gestão do Grupo 1, a produção era feita em parceria com uma pequena empresa de propriedade de alguns membros da diretoria da época. Percebe-se que o grupo que não era diretamente beneficiado com essa atividade objetivava eliminá-la, no sentido de impedir o desenvolvimento individual daqueles que estavam se destacando:

“Naquela época fazia votação pra tirar [...] sempre como a gente sempre tem máquina de costura, a gente sempre deu a ideia, disse olha, vamos comprar tecido pra fazer pelúcia pra associação [...] tudo que ela dizia era muito gasto, que não dá certo, é melhor pegar daí que investe do lucro, sei o que, aí assim que ficou afastada da da [...] perdeu né de ser presidente, primeira coisa que ela fez foi fazer os Peixe-boi dela. Mas pra gente que era associado nunca deu certo fazer na associação [...] E a associação se mantendo assim, não crescer, ela só queria crescer ela, tá entendendo aí”.
(Entrevistado D)

A situação relatada acima demonstra como ambos os grupos tentam se prejudicar, por defenderem posicionamentos diferentes, ocasionando em problemas que impedem que os membros da Associação ascendam financeiramente, bem como a própria Associação como um todo, produzindo um benefício coletivo.

Aspectos do TBC e as características negativas do capital social

Sabe-se que para a consolidação do TBC enquanto atividade geradora de benefícios diretos a comunidade, se faz necessário um esforço conjunto de diversos setores como público, privado, sociedade civil, bem como instituições de ensino (Bartholo; Sansolo & Bursztyn, 2009). No entanto, o conflito estabelecido entre os próprios membros da Associação analisada dificulta unir os esforços de outros setores. Por exemplo, a dificuldade de parceria com o poder público municipal ficou evidente quando o Grupo 2 foi apoiado por alguns políticos do município, que nunca havia apoiado a Associação, acarretando maior dificuldade do Grupo 2 conseguir apoio dos associados. O relato a seguir demonstra:

“[...] às vezes a gente quer realizar o trabalho quer fazer isso e aquilo, por exemplo a associação hoje não tem, não tem um veículo e já chegou esse ano um rapaz pra doar um veículo pra gente, só que a gente precisava de um documento que é um título de utilidade pública, e esse título não foi aceito por maioria dos sócios, porque a antiga presidente botou na cabeça do pessoal que a gente ia envolver política.” (Entrevistado C)

Naturalmente a falta de apoio do governo já é um dos problemas enfrentados pelo TBC conforme discutido por Zielinski, Jeong e Milanés (2020), e no caso da Associação Peixe Boi, é uma dificuldade acentuada pela existência do conflito interno que atrapalha a coesão do grupo para enfrentar tais situações:

“E nas minhas palestras, eu fui fazer uma palestra no Museu do amanhã que o mediador era Serginho Groisman, a gente ia muito pra esses lugares. Lotadíssimo, ‘Fulana, qual é a parceria com o governo municipal? Nenhum’, eu não posso mentir... e dizer que tem, ‘ah não, faz isso, faz...’ fazer política pros outros que não é verdade? Eu sempre disse não queremos o dinheiro da prefeitura porque temos dinheiro do nosso passeio... queremos política pública, né, queremos divulgação do turismo, queremos um secretário de turismo que seja da área, que entenda o que é o turismo... e mesmo que não seja da área, mas pelo menos tenha decência de entender o que é o turismo, que dialogue com a gente, que a gente vai mostrando o caminho, ensinando.” (Entrevistado A).

“Nem prefeitura, nem governo municipal nem estadual, nada, a gente é só a gente mesmo. O único movimento que a gente tem é com vocês cliente, se vocês fizerem fazer o passeio a gente arrecada alguma coisa, se não vinheram a gente não arrecada nada”. (Entrevistado C)

Outra dificuldade apontada por Zielinski, Jeong e Milanés (2020) é a falta de habilidade e conhecimento necessário para desenvolver o turismo, que também pode ser percebida na Associação, pois a maioria dos associados são pescadores que não possuem nem o ensino médio completo, são pais de família que passam o dia todo trabalhando. Quando acontecem alguns cursos dentro da Associação, nem todos participam. Somado as dificuldades de ofertas de curso sobre o turismo, já que há poucas parcerias e às vezes falta mesmo interesse do associado. O único membro que possui curso superior, como já relatado anteriormente, não é reconhecido por alguns associados como um membro que poderia contribuir mais para a associação, pelo contrário às vezes sofre preconceito só por ser graduado. Tudo isso acaba afetando um desenvolvimento mais acelerado da iniciativa, que parece ainda engatinhar em passos lentos, mesmo após 13 anos de fundação.

De uma forma geral, conforme apontado por Manyara e Jones (2007) em um cenário ideal do TBC, essa iniciativa analisada apresenta os três benefícios esperados: (i) o impacto direto nas famílias da comunidade local; (ii) o desenvolvimento socioeconômico; e (iii) os meios de subsistências sustentáveis diversificados. Contudo, as dificuldades e desafios são enormes, primeiro porque o desenvolvimento socioeconômico esperado ainda esbarra na falta de apoio do governo e a renda gerada pela associação é baixa, mesmo sendo um complemento, eles não conseguem investir em novas oportunidades. O relato a seguir demonstra isso:

“[...] é uma questão de urgência, ela tem aquele óculos o grau dela super avançado, ela depende. Se você olhar para ela, o óculos dela faz pena. Até brinquei antes: eita vai ficar com o óculos novo, todo lindo. E aí eu disse, não, eu não vou fazer porque eu não posso. Se fosse com boleto que eu pudesse me organizar para fazer, eu não tenho cartão de crédito, muito menos R\$ 600 ou R\$700 para pagar à vista. Aí aquilo me revolta, me chateia, porque isso é relacionada à política pública. Os governantes têm feito o que para melhorar a vida dessas pessoas? Aí eu tive que ver. Isso sinceramente partiu meu coração, ele voltar para casa com ela precisando e eu não poder fazer nada, porque naquele momento eu não tinha, porque se eu soubesse que ia ser naquele dia, meu cartão estava estourado mas se eu soubesse eu tinha deixado de comprar o que eu ia comprar para passar o óculos dela.” (Entrevistado A)

Apesar disto, o impacto direto nas famílias dos associados após a fundação da Associação pode ser considerado positivo, pois conforme os entrevistados muitas pessoas viviam na condição de miséria antes da Associação existir, e agora alguns possuem moto, carro e até um simples cartão de crédito. Por outro lado, o conflito existente atrapalha um desenvolvimento mais acelerado, pois além de gerar exclusão entre os próprios membros, dificulta as possíveis parcerias.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apesar do capital social ser apontado na literatura como algo positivo, nem tudo são flores. O ‘lado obscuro’ do capital social pode se manifestar de diversas formas, como as apresentadas neste artigo. Ao investigar a Associação Peixe-Boi, foi possível constatar quatro características do capital social negativo, já previstas na literatura, mas pouco exploradas. Além disso, as características apontam para os conflitos existentes na iniciativa do TBC, o que fornece indícios de fator de impedimento de um desenvolvimento mais rápido da iniciativa.

O conflito central da iniciativa é causado principalmente pela divisão de dois grupos, que começou ainda na época que os passeios eram realizados de maneira desorganizada. Durante muitos anos um único grupo predominou na gestão, o que gerou uma certa insatisfação do grupo de oposição. De um modo geral, confirma-se que o capital social negativo tem a capacidade de fragmentar a coletividade em nome de uma identidade particular, como é visto na associação, ao perceber que o grupo que está no comando consegue acessar recursos que os demais não conseguem e pode até mesmo privar os outros do acesso.

Com a expansão do comércio, as contradições vão se tornando mais aparentes e outro ponto levantado é que a lógica empresarial entra em confronto com a lógica do desenvolvimento do TBC na comunidade. Dessa forma, enquanto um grupo entende que é preciso expandir o

‘negócio’, outro grupo compreende que a expansão perde o caráter da atividade do TBC e atrapalha a própria preservação do animal que é a principal atração da atividade turística. Dentre as características negativas levantadas, a exclusão de não membros foi a principal forma percebida e que está, muitas vezes, interrelacionada com as outras manifestações, consequentemente gerando o conflito central dentro da comunidade.

Além disso, tais características impacta um desenvolvimento mais acelerado da iniciativa, por exemplo, ao dificultar possíveis parcerias a Associação poderia estar buscando outros recursos de investimento e gerando mais renda. A própria exclusão dos membros cria um desânimo entre os associados, fazendo com que muitos diminuam sua participação e envolvimento nas decisões. Apontam-se algumas limitações deste trabalho, de maneira geral. Em primeiro lugar, as entrevistas foram realizadas em um espaço curto de tempo, devido a disponibilidade dos entrevistados. Outra limitação foi quanto ao acesso a documentos que não foram autorizados pela gestão em exercício na data da coleta de dados. Além disso, a investigação limita-se a visão parcial do fenômeno, visto que não se observou os agentes externos à comunidade.

Por fim, sugere-se em estudos futuros, ampliar a coleta de dados realizada nesta pesquisa, utilizando-se de um número maior de entrevistados e observação durante as assembleias, por exemplo. Além disso, a realização de pesquisas em um sentido mais indutivo, o que o poderia possibilitar a descoberta de mais características ainda não percebidas e até mesmo não levantadas na literatura.

REFERÊNCIAS

Adler, P. S., & Kwon, S.-W. (2002). Social capital: prospects for a new concept. *Academy of Management Review*, 27(1), 17-40. [Link](#)

Apo, P. (2004). *Community Tourism: Empowering communities to tell their own stories*. Hospitality Institute.

Associação Peixe-Boi. (2019). *Página inicial*. Associação Peixe-boi. [Link](#)

Bardin, L. (2016). *Análise de Conteúdo*. São Paulo: 70.

Bartholo, R., Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). *Turismo de Base Comunitária, diversidades de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem.

Alves, L. de O., Gómez, C. R. P., & Cambrainha, G. M. G. (2023). Nem tudo são flores: o lado obscuro do capital social em uma iniciativa de turismo de base comunitária. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(1), 23-48. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061v15i1p23>

- Bourdieu, P. (1986). *The forms of capital*. In: J. Richardson. (ed.). *Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education* (pp. 241–58). Westport, CT: Greenwood.
- Burgos, A., & Mertens, F. (2015). A perspectiva relacional na gestão do turismo de base comunitária: O caso da Prainha do Canto Verde. *Caderno Virtual de Turismo*, 15(1), 81-98. [Link](#)
- Bursztyn, I. (2012). *Desatando um nó na rede: Sobre um projeto de facilitação do comércio direto do turismo de base comunitária na Amazônia*. Tese, Doutorado em Engenharia de Produção, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil. [Link](#)
- Castro, L. L. C., & Pinto, R. (2013). Sustentabilidade e turismo comunitário: Aspectos teórico-conceituais. *Caderno Virtual de Turismo*, 13(2), 213-226. [Link](#)
- Choi, H. C., & Sirakaya, E. (2006). Sustainability indicators for managing community tourism. *Tourism Management*, 27(6), 1274-1289. [Link](#)
- Coleman, J. S. (1990). *Foundations of Social Theory*. Belknap Press of Harvard University Press.
- Denzin, N. K., & Lincoln, Y. S. (2011). *The Sage Handbook of Qualitative Research*. Sage.
- Dodds, R., Ali, A., & Galaski, K. (2018). Mobilizing knowledge: determining key elements for success and pitfalls in developing community-based tourism. *Current Issues in Tourism*, 21(13), 1547-1568. [Link](#)
- Durston, J. (2000). *¿Qué es el capital social comunitario?* Naciones Unidas, Cepal, Div. de Desarrollo Social.
- Edelman, L. F., Bresnen, M., Newell, S., Scarbrough, H., & Swan, J. (2002). *The darker side of social capital*. In: 3^o European Conference on Organisational Knowledge, Learning and Capabilities, Athens Laboratory of Business Administration, Athens, Greece, 5-6 apr. [Link](#)
- Emmendoerfer, M. L., Moraes, W. V., & Fraga, B. O. (2016). Turismo criativo e turismo de base comunitária: congruências e peculiaridades. *El Periplo Sustentable*, 17(31), 1-12. [Link](#)
- Fabrino, N. H. (2013). *Turismo de Base Comunitária: Dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. Dissertação, Mestrado em Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasil. [Link](#)

Alves, L. de O., Gómez, C. R. P., & Cambrainha, G. M. G. (2023). Nem tudo são flores: o lado obscuro do capital social em uma iniciativa de turismo de base comunitária. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(1), 23-48. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061v15i1p23>

- Fabrino, N. H., Costa, H. A., & Nascimento, E. P. do. (2012). Turismo de Base Comunitária (TBC): Elementos chaves para aferir seu desempenho na perspectiva da sustentabilidade. *Revista Brasileira de Ecoturismo (RBEcotur)*, 5(3), 546-559. [Link](#)
- Gargiulo, M., & Benassi, M. (1999). The dark side of social capital. In: *Corporate Social Capital and Liability* (p. 298-322). Springer.
- Giampiccoli, A., & Saayman, M. (2018). Community-based tourism development model and community participation. *African Journal of Hospitality, Tourism and Leisure*, 7(4), 1-27. [Link](#)
- Goodwin, H., & Santilli, R. (2009). Community-Based Tourism: A success?. *ICRT Occasional Paper 11*. [Link](#)
- Helal, D. H. (2005). Flexibilização organizacional e empregabilidade individual: Proposição de um modelo explicativo. *Cadernos EBAPE.BR*, 3(1), 1-15. [Link](#)
- Holanda, L. A. (2016). Empresarização do turismo de base comunitária. *Caderno Virtual de Turismo*, 16(2), 249-262. [Link](#)
- Irving, M. de A. (2009). Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária. In *Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras* (pp. 108-121). Letra e Imagem.
- Karlsson, S. (2005). The Social and the cultural capital of a place and their influence on the production of tourism – a theoretical reflection based on an illustrative case study. *Scandinavian Journal of Hospitality and Tourism*, 5(2), 102-115. [Link](#)
- Kwon, S-W., & Adler, P. S. (2014). Social capital: maturation of a field of research. *Academy of Management Review*, 39(4), 412-422. [Link](#)
- Manyara, G., & Jones, E. (2007). Community-based tourism enterprises development in kenya: an exploration of their potential as avenues of poverty reduction. *Journal of Sustainable Tourism*, 15(6), 628-644. [Link](#)
- Merriam, S. B. (1998). *Qualitative Research and Case Study Applications in Education: Revised and Expanded from "Case Study Research in Education."* Jotn Wiley & Sons.
- Morales, P. C., Aguera, F. O., Cuadra, S. M., & Guzmán, T. J. L.-G. (2018). El turismo comunitario y sus impactos positivos en comunidades rurales. Un análisis de caso en Puerto Plata (República Dominicana). *Cimexus*, 13(2), 239–257. [Link](#)

Alves, L. de O., Gómez, C. R. P., & Cambrainha, G. M. G. (2023). Nem tudo são flores: o lado obscuro do capital social em uma iniciativa de turismo de base comunitária. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(1), 23-48. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061v15i1p23>

- Mtapuri, O., & Giampiccoli, A. (2019). Tourism, community-based tourism and ecotourism: A definitional problematic. *South African Geographical Journal*, 101(1), 22-35. [Link](#)
- Mura, P., & Tavakoli, R. (2014). Tourism and social capital in Malaysia. *Current Issues in Tourism*, 17(1), 28-45. [Link](#)
- Nahapiet, J., & Ghoshal, S. (1998). Social capital, intellectual capital, and the organizational advantage. *The Academy of Management Review*, 23(2), 242. [Link](#)
- Park, D.-B., Lee, K.-W., Choi, H.-S., & Yoon, Y. (2012). Factors influencing social capital in rural tourism communities in South Korea. *Tourism Management*, 33(6), 1511-1520. [Link](#)
- Pillai, K. G., Hodgkinson, G. P., Kalyanaram, G., & Nair, S. R. (2017). The negative effects of social capital in organizations: A review and extension. *International Journal of Management Reviews*, 19(1), 97-124. [Link](#)
- Portes, A. (2000). Capital social: origens e aplicações na sociologia contemporânea. *Sociologia, Problemas e Práticas*, 33, 133-158. [Link](#)
- Portes, A., & Sensenbrenner, J. (1993). Embeddedness and immigration: notes on the social determinants of economic action. *American Journal of Sociology*, 98(6), 1320-1350. [Link](#)
- Portes, A., & Vickstrom, E. (2011). Diversity, social capital, and cohesion. *Annual Review of Sociology*, 37(1), 461-479. [Link](#)
- Putnam, R. (1993). The prosperous community: Social capital and public life. *The American Prospect*, 13, 35-42. [Link](#)
- Rodriguez-Giron, S., Vanneste, D., & Scheers, J. (2018). Enhancing destinations' social capital for access to international tourism markets: the case of the cajas massif biosphere area. *Acta Turistica*, 30(1), 7-41. [Link](#)
- Saayman, M., & Giampiccoli, A. (2016). Community-based and pro-poor tourism: Initial assessment of their relation to community development. *European Journal of Tourism Research*, 12, 145-190. [Link](#)
- Sampaio, C. A. C. (2007). Turismo como fenômeno humano: princípios para pensar a ecossocioeconomia do turismo e sua prática sob a denominação turismo comunitário. *Revista Turismo em Análise*, 18(2), 148-165. [Link](#)
- Sánchez, H. V. V. (2020). *Turismo comunitario, alternativa incluyente desde el capital social*. 16.

Alves, L. de O., Gómez, C. R. P., & Cambrainha, G. M. G. (2023). Nem tudo são flores: o lado obscuro do capital social em uma iniciativa de turismo de base comunitária. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(1), 23-48. <http://dx.doi.org/10.18226/21789061v15i1p23>

- Sansolo, D. G., & Bursztyn, I. (2009). Turismo de base comunitária: Potencialidade no espaço rural brasileiro. In: *Turismo de Base Comunitária: Diversidade de Olhares e Experiências Brasileiras*. (pp. 142-161).
- Souza Leão, A. L. M., Vieira, R. S. G., da Silva Gaião, B. F., & de Souza, I. L. (2012). O que podemos aprender com o estudo de casos em administração? Um ensaio baseado na abordagem naturalista de Robert Stake. *Amazônia, Organizações e Sustentabilidade*, 1(1), 45-59. [Link](#)
- Strydom, A. J., Mangope, D., & Henama, U. S. (2018). Lessons learned from successful community-based tourism case studies from the global south. *Tourism and Leisure*, 7(5), 1-13. [Link](#)
- Suarez, M. P. C., & Mendoza, J. G. M. (2019). Capital social comunitario: Recurso promotor en los emprendimientos agroecológicos. *Estudios de la Gestión: Revista Internacional de Administración*, 5, 97-120. [Link](#)
- Suseno, Y., & Rowley, C. (2018). Taking stock of social capital research: Its application in service-oriented firms. *Asia Pacific Business Review*, 24(2), 138-149. [Link](#)
- Tolkach, D., & King, B. (2015). Strengthening community-based tourism in a new resource-based island nation: Why and how? *Tourism Management*, 48, 386-398. [Link](#)
- Vergara, S. C. (2005). *Métodos de Pesquisa em Administração*. São Paulo: Atlas.
- Zaoual, H. (2008). Do turismo de massa ao turismo situado: Quais as transições? *Caderno Virtual de Turismo*, 8(2). [Link](#)
- Zhao, W., Ritchie, J. R. B., & Echtner, C. M. (2011). Social capital and tourism entrepreneurship. *Annals of Tourism Research*, 38(4), 1570-1593. [Link](#)
- Zielinski, S., Jeong, Y., & Milanés, C. B. (2020). Factors that influence community-based tourism (CBT) in developing and developed countries. *Tourism Geographies*, 1-33. [Link](#)

NOTAS

ⁱ Esta seção foi desenvolvida com base nas informações disponíveis no sítio: <https://www.peixeboi.org.br/> e nas notas de campo com as conversas informais durante a visita a associação.

Alves, L. de O., Gómez, C. R. P., & Cambrainha, G. M. G. (2023). Nem tudo são flores: o lado obscuro do capital social em uma iniciativa de turismo de base comunitária. *Rosa dos Ventos - Turismo e Hospitalidade*, 15(1), 23-48.
<http://dx.doi.org/10.18226/21789061v15i1p23>

PROCESSO EDITORIAL

Recebido: 24 ago. 21.

Aceito: 17 set. 22.